

# DECID: UMA MATRIZ DE INDICADORES PARA AVALIAR A UTILIDADE SOCIAL DOS EMPREENDIMENTOS DE FINANÇAS SOLIDÁRIAS<sup>1</sup>

Jeová Torres Silva Junior<sup>2</sup>  
Ariadne Scalfoni Rigo<sup>3</sup>

## 1 INTRODUÇÃO

A utilidade social é um conceito recente, mas significativo na literatura sobre economia solidária (Gadrey, 2004; Offredi e Ravoux, 2010, Jany-Catrice *et al.* 2014; Silva Junior, 2016, Lopes, Rigo e Silva Junior, 2018; Leal, 2021). Um empreendimento de economia solidária demonstra sua utilidade social quando, para alcançar a sua missão, age em prol da redução das desigualdades, do fortalecimento dos laços sociais e da melhoria das condições de vida coletiva no território de atuação. Sua utilidade social se afirma no valor societal criado mediante o processo colaborativo de ação do empreendimento para resolver os problemas comuns do território. A utilidade social é, portanto, uma convenção social, política, econômica, ecológica e cultural, na qual se espera que o público de interesse do empreendimento de economia solidária esteja engajado na busca de um padrão de vida melhorado, devendo produzir valor e benefícios sociais no território (Duclos, 2010). O objetivo deste estudo é justamente apresentar um conjunto de indicadores que possam transmitir, em um processo de avaliação, as particularidades da utilidade social de empreendimentos de economia solidária – de modo particular, os identificados como de finanças solidárias<sup>4</sup> – e os benefícios coletivos gerados para sua sustentabilidade.

Com base nessas considerações iniciais e antes de apresentar a matriz de indicadores de utilidade social que podem ser agregados na avaliação dos empreendimentos de finanças solidárias (como os fundos rotativos solidários e os bancos comunitários de desenvolvimento), vale destacar a importante premissa assumida de que um indicador sempre tem um valor expresso qualitativa ou quantitativamente e por trás desse valor haverá a representação de uma dada realidade contextual. Para Bellen (2005), indicador é uma medida que resume informações relevantes de um fenômeno particular, sendo, portanto, evocado para deixar mais perceptível uma tendência ou um fenômeno que não seja imediatamente detectável. Assim, o valor de um indicador pode mostrar uma realidade passada ou expor a situação atual e projetar um cenário futuro. Desse modo, um conjunto de indicadores deve ser analisado de modo interdependente e encarado como um instrumento que vai subsidiar o gestor para tomar decisões que podem afetar ações do presente e apontar caminhos para o futuro. Contudo, os resultados expressos

1. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/bmt74/espp2>

2. Professor no Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Cariri (CCSA/UFCA). *E-mail*: <jeova.torres@ufca.edu.br>.

3. Professora na Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia (EA/UFBA). *E-mail*: <ariadnescaltoni@gmail.com>.

4. Sobre o conceito de empreendimentos de finanças solidárias e suas principais representações no Brasil, ver Silva (2020).

por indicadores sem a compreensão do contexto podem deformar as decisões e oferecer soluções falaciosas acerca das estratégias de gestão do empreendimento.

Destarte, um dos desafios consideráveis na mensuração da sustentabilidade das organizações e o estabelecimento de novos indicadores de riqueza é superar a ênfase nas metodologias predominantemente quantitativas, afirma Bellen (2005). É necessário lembrar que a atuação dos empreendimentos de finanças solidárias, no tocante às suas operações com produtos e serviços financeiros, tende a utilizar mais indicadores quantitativos para poder avaliar o desempenho desta dimensão econômica. Por sua vez, ressalta-se que muitas das dimensões de avaliação desses empreendimentos não são necessariamente associadas à quantidade, especialmente às grandezas físicas. No fundo, há um *fetichismo pelas cifras* na definição e na avaliação da eficácia e do desempenho dos empreendimentos. Entretanto, como atesta Jany-Catrice (2012), as cifras não têm o monopólio dos fatos e dos resultados. Elas possuem ilusória neutralidade axiológica e ilusória validação social, quando não se interroga a maneira como os índices são elaborados, privando-os e despersonalizando-os das relações sociais.

Em relação a um possível conflito no estabelecimento e na designação dos indicadores de utilidade social para avaliar a sustentabilidade e efetividade dos empreendimentos de finanças solidárias, existem argumentos a favor da aplicação daqueles com características específicas de medição. Para Bellen (2005), por exemplo, os indicadores podem ser qualitativos ou quantitativos, mas as experiências associadas ao desenvolvimento sustentável, tendem a ser avaliadas mais pelo viés qualitativo. Existem razões que legitimam esta opção em função das limitações implícitas ou mesmo explícitas que a perspectiva do resultado quantitativo assume. E, claro, uma avaliação qualitativa pode bem ser transformada no processo de análise em uma notação quantitativa. Em reforço a isso, Gallopín (1996, p. 105) demonstra que os indicadores qualitativos se impõem em ao menos três casos, conforme resumido adiante.

- 1) Quando informações de caráter quantitativo não estão disponíveis.
- 2) Quando o fenômeno avaliado tem características inerentemente não quantificáveis, como é o caso de muitas características culturais ou políticas em alguns fenômenos.
- 3) Quando os aspectos do custo do processo avaliativo se tornam decisivos. Ao se recordar das características dos empreendimentos de finanças solidárias, entende-se que eles se enquadram – de alguma maneira – nas três situações mencionadas por Gallopín (1996).

Outra questão que se impõe na singularidade desses empreendimentos é que estes não se limitam às necessidades individuais do seu público cliente ou restringem sua gestão ao crescimento e à alavancagem dos seus indicadores de resultados gerenciais. Alinhadas aos princípios que concebem a própria economia solidária, essas organizações têm uma missão mais ampla que se expande para agir na melhoria das condições coletivas, comunitárias e territoriais. Tendo isso por base, o que se pretende neste estudo é apresentar o complemento aos indicadores estabelecidos e vinculados à matriz de sustentabilidade financeira das estruturas financeiras solidárias, a fim de apoiar um instrumento avaliativo que contenha as matrizes de indicadores quantitativos e qualitativos agregados para alcançar a amplitude da atuação desses empreendimentos.

Dessa forma, estamos próximos ao que Tenório *et al.* (2003) aconselham quando afirmam que a avaliação dos projetos de desenvolvimento territorial não deve ser baseada em uma matriz de indicadores apenas quantitativos ou qualitativos.

Afinal, uma matriz não é incompatível com a outra e cada uma tem uma perspectiva própria e oportuna para que os indicadores sejam empregados, devendo ser considerados complementares e não antagônicos. Ademais, Neiva *et al.* (2013, p. 117) exibem uma advertência que se deve ter atenção: “um indicador numérico não necessariamente expressa um valor quantitativo; pode representar um valor qualitativo na medida em que se refere a uma questão de percepção”. Em relação a tal controvérsia, Joaquim Melo, um dos coordenadores da Rede Brasileira de Bancos Comunitários (RBBC), tem a seguinte percepção.

Quanti ou quali? Para o banco comunitário, o quantificar conta menos. Parece que apenas o que tem números é valorado e significativo. Nesse sentido, o Pronatec capacitou 20, 30, 50, 200 mil pessoas em 2011, e é muito mais importante que a Academia de Moda do Banco Palmas que capacitou 300 pessoas. A questão é o modelo de desenvolvimento que você aponta! O papel do banco, ou dos bancos comunitários, no treinamento de 20 ou 200 mulheres que vivem no bairro é saber se isso gerou outros impactos, relacionados à participação em ações comunitárias, à sua emancipação, ao fato de seus filhos não estarem mais envolvidos no tráfico de drogas. Estas questões nunca se encaixam em medidas convencionais de riqueza e contabilidade financeira, porque seu modelo de desenvolvimento é diferente. Então, entender o banco comunitário ou analisar ou buscar indicadores é apontar para outro modelo de desenvolvimento que se acredita ser sustentável a longo prazo. Aí entendo ir para além do número. Esse tipo de banco, ele impacta outras tantas ações que também geram trabalho e renda, mas são indiretas. E aí que tá a sutileza do indicador de utilidade social, porque ele é muito difícil, mas eu acho inteiramente possível provar isso nos bancos comunitários.<sup>5</sup>

Esse depoimento demonstra a necessidade de se discutir e pensar na avaliação que considere as peculiaridades, os significados e os princípios da utilidade social dos empreendimentos de finanças solidárias (França Filho, Silva Junior e Rigo, 2012).

## 2 DIMENSÕES E INDICADORES QUE EVIDENCIAM A UTILIDADE SOCIAL DOS EMPREENDIMENTOS DE FINANÇAS SOLIDÁRIAS

Em qualquer processo de avaliação, uma tarefa fundamental é o estabelecimento de um conjunto de indicadores que permita determinar e esclarecer o fenômeno avaliado, além de indicar o que se espera que seja medido. Considera-se que nas atuais avaliações de empreendimentos de finanças solidárias, o fenômeno não é adequadamente percebido em virtude de o sistema de indicadores ser inapropriado para permitir a exposição mais precisa de suas características reais. Bellen (2005) aborda um aspecto essencial dessa discussão ao explicar que um indicador é um parâmetro ou valor derivado que aponta e fornece informações sobre o estado de um fenômeno, e sua mais importante característica é a relevância para o processo de tomada de decisão. Gallopín (1996), por sua vez, acrescenta algo mais profundo e pertinente à proposta

5. Informações obtidas em entrevista concedida a Jeová Torres Silva Junior e Ariádne Scalfoni Rigo, realizada no dia 18 de janeiro de 2013, Fortaleza/CE.

deste estudo ao afirmar que, para ser representativo, um indicador deve ser importante tanto para os tomadores de decisão quanto para o público que participa da construção da informação do indicador ou que é avaliado por ele. Em outros termos, os indicadores mais destacados são aqueles que sintetizam as informações mais relevantes, tornam o fenômeno avaliado com a configuração mais próxima ao que ele representa de modo real, e são compreendidos pelos públicos que dele fazem parte.

Os indicadores de projetos de natureza comunitária, cooperativa e social, tais como os empreendimentos de finanças solidárias, necessitam estar envolvidos em uma concepção de avaliação subjetiva, intuitiva e, às vezes, até informal, conforme recomendam Boullosa e Araújo (2010). Isso é importante para se obter resultados críveis em relação às ações realizadas pelos empreendimentos sob avaliação. No apêndice A, apresentamos uma proposta de matriz com dimensões e indicadores que podem servir como demarcadores para a avaliação desses empreendimentos, servindo como base para um reconhecimento mais qualitativo e substantivo de sua utilidade social. Acerca da concepção, da base teórica, do conteúdo e da aplicação dessa matriz discutiremos a seguir.

O percurso metodológico para conceber a matriz de dimensões e indicadores exposta no apêndice A se amparou em diversas técnicas e fontes. Uma delas foi a visita de campo aos empreendimentos de finanças solidárias brasileiros, tanto os fundos rotativos solidários quanto os bancos comunitários de desenvolvimento. Além disso, nessas visitas, realizaram-se entrevistas semiestruturadas com os coordenadores, rodas de conversas com os participantes dos fundos rotativos e grupo focal com clientes, moradores e pessoas envolvidas com os projetos do Banco Palmas (banco comunitário do Conjunto Palmeiras, em Fortaleza-Ceará, Brasil). Também foram entrevistados representantes da RBBC e da Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego (Senaes/MTE), órgão gestor das políticas públicas de economia solidária no Brasil à época. Também trouxeram aportes relevantes ao processo de concepção da matriz, as entrevistas – e consultas informais – com os pesquisadores franceses Laurent Fraisse, Hélène Duclos e Florence Jany-Catrice, estudiosos da avaliação de utilidade social, sobretudo em empreendimentos e políticas públicas de economia solidária.

Além dessas, a entrevista com Patrick Viveret foi uma fonte singular de contribuição para o nosso estudo, em função de seu grande domínio do conteúdo em torno da temática dos novos fatores e indicadores de riqueza, tema central em que orbita nossa proposição de matriz de avaliação da utilidade social. Finalmente, a literatura revisada forneceu informações sob a forma de análises, proposições, comentários e casos fundantes na construção da matriz, com destaque para Meadows *et al.* (1972), Sen (1979; 2010), Sachs (1993; 2002), Gadrey (2004; 2005), Bellen (2005), Dowbor (2007), Duclos (2010), Duclos e Grésy (2009), Boullosa e Araújo (2010), Offredi e Ravoux (2010), Viveret (2010), França Filho (2012), Jany-Catrice (2012), Gadrey e Jany-Catrice (2012), Jany-Catrice *et al.* (2014), Internacional Convivialista (2020) e Latouche (2022). Nesses textos, estão a base teórica que conforma a matriz.

Uma vez exposta a concepção, as escolhas metodológicas e sobre quais referências teóricas estruturam sua elaboração, serão detalhados o conteúdo da matriz de avaliação da utilidade

social dos empreendimentos de finanças solidárias (apêndice A). A matriz é composta de cinco colunas, compulsoriamente vinculadas umas as outras. Na primeira coluna, distribuem-se as *dimensões*; em cada uma delas, encontra-se o enfoque que sintetiza a ênfase dada ao conjunto dos indicadores daquela dimensão. Cada enfoque tem, na coluna seguinte, uma sentença acerca da *contribuição* que a dimensão e sua ênfase aportam para os resultados da sua ação de utilidade social. A coluna que se segue contém os *indicadores*, distribuídos por dimensão, ênfase e competência, pertinentes para qualificar a utilidade social dos empreendimentos de finanças solidárias que podem concretizar a contribuição exigida na coluna anterior. Finalmente, a coluna *destino* é utilizada para descrever o propósito o qual se destina o indicador da coluna anterior, ou seja, aquilo que se pretende medir com o respectivo indicador.

As linhas da matriz nas três primeiras colunas são somente cinco, visto que estão circunscritas às cinco *dimensões* estabelecidas para avaliar a utilidade social dos empreendimentos, com seu respectivo *enfoque e contribuição* dimensional. Por sua vez, não há limite de linhas para a coluna *indicador*, pois podem ser estabelecidos e listados quantos forem considerados necessários para obter-se o resultado esperado. A matriz propõe sessenta indicadores, mas não há rigidez para fazer destes os únicos e definitivos para avaliar a utilidade social dos empreendimentos de finanças solidárias. As linhas referentes ao *destino* do indicador são condicionadas pela quantidade de indicadores listados, embora elas possam variar quando mais de um indicador for associado para cumprir o mesmo propósito de avaliação.

Essa caracterização inicial da matriz de dimensões e indicadores para avaliar a utilidade social dos empreendimentos de finanças solidárias revela o acrônimo Decid, adotado para nomeá-la a partir da letra inicial dos componentes da primeira linha da matriz (dimensão – enfoque – contribuição – indicador – destino). Assim, tem-se a matriz Decid para avaliação da utilidade social dos empreendimentos de finanças solidárias, conforme exposto no apêndice A. Cabe afirmar que uma matriz para avaliar a utilidade social desses empreendimentos ser nomeada de Decid é oportuno, pois as rédeas da tomada de decisão nos processos de avaliação que utilizarão esta matriz estarão diretamente nas mãos dos indivíduos envolvidos na sua gestão e na geração dos benefícios coletivos proporcionados pelo empreendimento avaliado.

A matriz Decid exibe uma concepção multidimensional e aponta cinco dimensões, cuja premissa é a de que são interdependentes e se inter-relacionam para integrar uma abordagem de avaliação que reforça os benefícios coletivos e os ganhos sociais da utilidade social dos empreendimentos. As dimensões para a matriz Decid foram definidas a partir das dimensões do desenvolvimento expostas em Sachs (1993, p. 25-27): social, econômica, ecológica, espacial-territorial ou geográfica e cultural. Posteriormente, esse autor revisou essa estrutura dimensional acrescentando a dimensão política nacional e internacional (Sachs, 2002). É imperioso declarar que apesar de a matriz Decid ter suas dimensões esquematicamente (forma) constituídas na proposição de desenvolvimento de Sachs (1993; 2002), a matriz alicerça seu conteúdo na perspectiva do *buen vivir* e não na abordagem clássica do desenvolvimento sustentável. O *buen vivir* é a cristalização de uma abordagem questionadora do modo contemporâneo de produção e consumo, da atuação gerencial do Estado e principalmente discurso tradicional do desenvolvimento sustentável,

enquanto crença que o binômio desenvolvimento-progresso será capaz de enfrentar os desafios sociais, ambientais e econômicos globais (Vanhulst e Beling, 2013).

Para a matriz Decid, as dimensões retratadas por Sachs (1993; 2002) foram reorganizadas a fim de não tornar amplo o conjunto das dimensões e obter o melhor resultado em avaliações com os indicadores da matriz. Assim, as cinco dimensões definidas são: i) socioambiental; ii) sociopolítico; iii) sociocultural; iv) socioeconômico; e v) socioinstitucional. Considera-se que o social é o macrodomínio em que se manifestam a missão, os objetivos e a atuação de um empreendimento de finanças solidárias. Outrossim, há a premissa de que o social no sentido amplo adjetiva e caracteriza a utilidade desses empreendimentos. Desse modo, os outros componentes multidimensionais (ambiental, político, cultural, econômico e institucional) estão subordinados ao social, proporcionando que todas as cinco dimensões da matriz Decid tenham uma forte natureza social. Cada uma das cinco dimensões está acompanhada por um enfoque pretendido nas ações dos empreendimentos. Dessa forma, na avaliação da utilidade social dos empreendimentos de finanças solidárias – pela matriz Decid –, a dimensão socioambiental visa enfatizar a coesão social; a sociopolítica busca realçar o empoderamento político; a sociocultural intenciona revelar o pertencimento territorial; a socioeconômica deseja evidenciar a pluralidade de princípios econômicos; e a dimensão socioinstitucional acentua a gestão democrática.

Detalhando melhor cada dimensão para se compreender também a relação entre o enfoque e a contribuição, assim como a quantidade de indicadores de cada dimensão sugeridos na matriz Decid, tem-se que a dimensão socioambiental se inscreve em uma ênfase que valoriza a solidariedade e o laço social, como termo-chave, e pretende – como contribuição – revelar condições socioambientais para o *buen vivir*. Com dez indicadores, essa dimensão se direciona a verificar o desenvolvimento humano, na forma de valorização dos direitos humanos, preservação dos bens comuns e da democracia em favor do desenvolvimento e contra a instrumentalização dos empreendimentos de finanças solidárias pelo mercado ou mesmo pelo Estado.

A dimensão sociopolítica centra-se no empoderamento das pessoas nos territórios. Seu foco está nos valores de equidade, cuja expressão central é a cidadania. Nessa dimensão, constam nove indicadores para perceber a melhoria no acesso aos serviços públicos do território, a evolução no empoderamento político dos indivíduos e das comunidades e na redução das desigualdades, opressão e preconceito.

A dimensão sociocultural se concentra na dinâmica da coesão territorial, nos valores identitários e no desenvolvimento territorial. Os sete indicadores dessa dimensão concorrem para apresentar a equidade territorial, os aspectos de pertencimento e vínculo com o território e o exercício da responsabilidade ética dos indivíduos perante a sociedade.

Por seu turno, enfatizando valores de sustentabilidade econômica ampliada presentes na economia plural, tem-se a dimensão socioeconômica da matriz Decid. Os vinte indicadores de utilidade social dessa dimensão projetam-se para desvelar as conquistas econômicas plúrais projetadas no bem comum, na riqueza circulada, criada ou economizada em termos de benefícios coletivos, e na constituição de espaços coletivos de trocas (de mercadorias, serviços e saberes) no território.

Finalmente, guiando-se pelos valores de governança participativa e pela gestão social tem-se a dimensão socioinstitucional, com catorze indicadores para evidenciar os processos de participação na gestão e construção da inovação social das ações, dos projetos e das metodologias dos empreendimentos de finanças solidárias. Portanto, a base conceitual sobre a qual se fundamenta essa dimensão é da governança associativa interna e da inovação social e solidária para responder às necessidades socioeconômicas do território que não são providas pelo Estado ou não se mostram acessíveis pelo mercado.

Quanto aos indicadores mostrados na matriz Decid, existem aqueles que, embora ligados a uma dimensão específica, não se vinculam apenas a ela. Além disso, todos os indicadores podem interagir em sua dimensão e com outros indicadores em outras dimensões. Em outros termos, os indicadores na matriz Decid se configuram em um arranjo de interação inter e intradimensional. Ademais, em cada processo de avaliação da utilidade social aplicado em empreendimentos de finanças solidárias, estas podem decidir – se desejarem quais dos sessenta indicadores e dimensões da matriz podem ser utilizados ou mesmo estabelecerem novos indicadores. A matriz Decid está concebida para ser uma proposta modular e flexível que atribui o papel de tomada de decisão aos gestores do empreendimento e à população que está sendo avaliada. O mais próximo de uma medida rígida contida na matriz Decid é a recomendação de vincular o indicador e seu propósito em uma das contribuições, por conseguinte ao seu enfoque e à sua dimensão, para se manter sua concepção estruturante.

Uma observação adicional deve ser apresentada sobre os indicadores registrados nessa matriz. Devido à conhecida relação entre microcrédito e gênero (Ardener e Burman, 1996; Parente e Coelho, 2019; Brasil, Marquesan e Mesquita, 2021), convém o reforço argumentativo para a necessidade de um elenco de indicadores sobrelevando os aspectos dirigidos às mulheres nas dimensões da matriz Decid. O ganho de poder das mulheres e a igualdade de gênero é um dos aspectos centrais do processo de desenvolvimento em muitos países. Entre os fatores envolvidos estão a educação, os padrões de propriedade e as oportunidades iguais de trabalho. Abordando essas distorções entre os gêneros que fragilizam as condições das mulheres na conquista do seu bem-estar, Sen (2010, p. 262-263) argumenta que “nada atualmente é tão importante na economia política do desenvolvimento quanto um reconhecimento adequado da participação e da liderança política e social das mulheres”.

Para Sen (2010), esse ajuste da igualdade de gêneros é, de fato, um aspecto crucial para a realização do desenvolvimento como liberdade. As mulheres não estão resignadas com estas condições de tratamento diferenciado, que as destinam a piores condições de trabalho e de vida em relação aos homens. A emancipação promovida pelo acesso ao microcrédito aumentou o poder de decisão das mulheres e permitiu o envolvimento em atividades econômicas que implicaram expansão de seu campo de atuação e tomada de decisões tanto na esfera pessoal quanto familiar. Em muitos casos, isso significou a independência financeira das mulheres (Sen, 2010). Os aspectos de bem-estar e a condição de agente dos movimentos feministas inevitavelmente apresentam uma interseção substancial nesta proposta de transformação e reconhecimento. Eliminar as privações relativas de bem-estar para as mulheres são importantes para a justiça social.

As mulheres são vistas cada vez mais, tanto pelos homens quanto por si mesmas, como agentes ativas de mudança e promotoras dinâmicas de transformações sociais que podem alterar suas vidas, de outras mulheres e dos homens. Na relação com o microcrédito e sobretudo nos empreendimentos de finanças solidárias, elas têm ocupado um papel de protagonistas. Geralmente, elas são suas principais tomadoras de crédito e as mais assíduas pagadoras, além de serem as mais participativas nos projetos. Apesar disso, esse não é o ponto de inflexão que leva a essa reflexão privilegiada acerca da constituição de indicadores sobre aspectos que ressaltam as mulheres na matriz Decid. O ponto que se sobressai é a função de liderança que muitas mulheres vêm ocupando nas organizações, no território e nos negócios assistidos pelos empreendimentos de finanças solidárias. Portanto, os indicadores que tendem a destacar a responsabilidade das mulheres na efetivação da utilidade social desses empreendimentos são fundamentais.

Além dos indicadores que colocam as mulheres em relevo, a matriz Decid contém um conjunto de indicadores inseridos nas cinco dimensões que buscam explorar a utilidade social em uma perspectiva de sustentabilidade dos empreendimentos de finanças solidárias. Desse modo, ao se relacionar as cinco dimensões da matriz Decid com o que elas expressam em termos de utilidade social, é possível perceber uma harmonia entre cada dimensão da matriz e os componentes de utilidade social presentes nas abordagens teóricas de Duclos (2010), Gadrey (2005) e Jany-Catrice *et al.* (2014). A utilidade social possui um componente econômico apreendido em termos de riqueza econômica criada e *riqueza economizada*, essa também pode ser reconhecida como custos evitados. A dimensão socioeconômica da matriz Decid coloca-se em pleno vínculo com esse componente econômico da utilidade social ao buscar exibir as contribuições econômicas plurais para o bem-estar do território onde se localizam os empreendimentos de finanças solidárias. A utilidade social também possui, em função de sua orientação para a promoção de benefícios coletivos para a sociedade, um componente social e ambiental caracterizado em termos de igualdade social, coesão socioterritorial e proteção dos recursos ecológicos.

Outrossim, a dimensão sociopolítica da matriz Decid se concentra em expor aspectos da melhoria no acesso aos serviços públicos que são propiciados pelos empreendimentos de finanças solidárias. Essa dimensão representa fielmente o componente político de utilidade social intrinsecamente enlaçado à forma como esses empreendimentos estão organizados para se mobilizar e participar da definição de políticas públicas. Por seu turno, o componente societal da utilidade social se manifesta no desenvolvimento de redes de cooperação local ou na contribuição para o desenvolvimento territorial e a democracia local. Nesse caso, se identifica o vínculo com a dimensão sociocultural da matriz Decid, cuja contribuição pronunciada é demonstrar a participação do empreendimento na efetivação da equidade territorial e no exercício da responsabilidade ética dos indivíduos perante a sociedade (Silva Junior, 2023).

Por fim, na literatura revisada sobre o tema da utilidade social, também está expresso um componente que se articula com a dimensão socioinstitucional da matriz Decid. Trata-se do componente da governança associativa interna ao empreendimento que diz respeito à gestão substantiva, uma governança mais participativa e democrática, bem como a inovação na oferta de serviços do empreendimento de finanças solidárias. Como essa dimensão visa



revelar o processo de construção e inovação social das ações, dos projetos e das metodologias realizadas por esses empreendimentos, encontra-se nessa análise a essência de uma proposta de gestão que valoriza a utilidade social como finalidade da ação organizacional.

Além disso, a matriz Decid possui dimensões e indicadores transpassados por eixos transversais que a amparam e a direcionam em três fundamentos: ecológico, antropológico e econômico. Os fundamentos antropológicos assinalam as condições sociais, culturais e históricas que orientam a vida humana nas comunidades, mas também se referem à capacidade de criar espaços para a justiça social e autogestão territorial. Os fundamentos ecológicos referem-se às diretrizes para preservar a qualidade dos ecossistemas e dos bens ecológicos vitais para a sobrevivência, como o ar, a água e a terra, dando prioridade aos ganhos por meio de reparos e prevenção, antes de pensar no aumento da riqueza causada pela exploração e destruição. Finalmente, os fundamentos econômicos se aliam aos fundamentos da ecologia e da humanidade em relação à forma de produção e consumo baseada em uma ética não liberal que transforma o fato econômico em ato político, criando oportunidades para garantir a democracia econômica no território.

Por conseguinte, a matriz Decid procura acentuar a necessidade de se colocar o bem comum no centro da discussão sobre economia e finanças, para que o desenvolvimento territorial possa ocorrer com organizações que estejam social, política, econômica e ecologicamente comprometidas com a sociedade. Não se trata de uma dinâmica socialmente caridosa e economicamente marginal. O que está sendo estruturado para englobar esse modelo é uma nova teoria econômica em construção que abrange uma convergência de novos setores de atividade, novos modelos de financiamento, novas vocações e propósitos mais substanciais. De acordo com Dowbor (2007), essa nova teoria econômica talvez não seja ainda plenamente percebida em função do tempo dedicado exclusivamente a criticar os pilares do modelo econômico convencional e em destacar as bases de uma teoria econômica da sustentabilidade.

Para concluir esta seção de apresentação da matriz Decid, alerta-se para a relação entre avaliação e ação política. Algumas pesquisas complementares utilizaram nosso estudo ou a matriz Decid como base (Lopes, Rigo e Silva Junior, 2018; Melo, 2018; Abreu, 2020; Leal, 2021), mas sua aplicação, tal como foi concebida, ainda precisa ser testada mais vezes. Porém, se há uma preocupação acerca da pertinência das dimensões e dos indicadores apontados nessa matriz, acredita-se que é mais apropriado redirecionar o foco na implementação da ação política de elevação da utilidade social nos empreendimentos, o qual está na essência da matriz. A esse respeito, Bellen (2005, p. 61) afirma que “algumas dificuldades no processo de avaliação não estão tanto na medição, mas sobretudo na interpretação para julgar a significação dos resultados obtidos e vinculá-los à ação política efetiva”. Desse modo, deve-se ressaltar que a interpretação dos dados é afetada tanto pela matriz de indicadores quanto pela metodologia utilizada, uma vez que o processo de medição tem elevado impacto sobre os resultados e, conseqüentemente, sobre o processo de tomada de decisão. Com isso em mente, a seção seguinte analisa alguns aspectos da aplicação e dos métodos utilizados para a avaliação dos empreendimentos de finanças solidárias.

### 3 AVALIAÇÃO DA UTILIDADE SOCIAL DOS EMPREENDIMENTOS DE FINANÇAS SOLIDÁRIAS À LUZ DA MATRIZ DECID

Em linha com o que foi apontado nos parágrafos anteriores, a matriz Decid não pretende ser o único modelo para destacar os benefícios sociais dos empreendimentos de finanças solidárias. Sua finalidade é introduzir uma solução para sublinhar esses benefícios que mostram de forma singular a utilidade social desses empreendimentos, mas que podem ser combinados com outras matrizes de indicadores de avaliação com viés mais instrumental e financeiro para obter um resultado global do que estas práticas representam para o *buen vivir* nos territórios. No início deste estudo, argumentamos que as matrizes de indicadores existentes são incompatíveis com as particularidades e trajetórias dos empreendimentos de finanças solidárias, pois se concentram nos aspectos técnico-financeiros, medindo apenas os resultados quantitativos, e como resposta final indicam se há ou não viabilidade financeira.

O que se sugere é capturar o melhor das matrizes, adaptá-las e utilizá-las para se chegar a um termo ideal que possa indicar tanto a viabilidade financeira (obviamente com menos peso), quanto a utilidade social que aponte a sustentabilidade dos empreendimentos de finanças solidárias. A matriz Decid igualmente conduz a uma análise dos aspectos sociopolíticos inseridos no contexto e na ação de avaliação dos impactos qualitativos dos serviços prestados pelos empreendimentos de finanças solidárias. O quadro 1 apresenta uma síntese das diferenças mais marcantes entre os dois modelos.

#### QUADRO 1

#### Comparativo entre a matriz Decid e a matrizes clássicas de avaliação dos empreendimentos de finanças solidárias

Aspectos comparados	Matriz de indicadores clássicos	Matriz Decid (Indicadores de utilidade social)
Quais os objetivos?	Avaliar o desempenho técnico e financeiro do empreendimento. Verificar se a viabilidade financeira projetada para o empreendimento está sendo alcançada. Fornecer garantias de solvência para aqueles que financiam o empreendimento.	Avaliar o resultado sociopolítico, socioeconômico, sociocultural e socioterritorial do empreendimento. Destacar a concretização da pluralidade dos desejos do público interessado e das ações realizadas.
O que é medido?	Aplicação de recursos financeiros. Desempenho da gestão do empreendimento.	Valor da riqueza econômica plural gerada. Ação coletiva pública produzida no território.
Como os indicadores são estabelecidos?	Prefixado em uma escala padrão.	Submetido e adaptado à análise do contexto.
Qual é o principal alvo?	Produtos e resultados.	Processos e ação.
O que é obtido?	Os resultados financeiros em um determinado momento. A medição da quantidade de serviço prestado. Uma fotografia (imagem estática) do empreendimento.	O desenho da evolução histórica dos processos políticos. A compreensão da qualidade do serviço prestado. Um filme (imagem em movimento) do empreendimento.

Fonte: Silva Junior (2016).  
Elaboração dos autores.

Uma vez estabelecidos esses aspectos de comparação e utilização da matriz Decid com outras matrizes de avaliação, é importante compreender os aspectos inerentes à metodologia

de avaliação dos empreendimentos de finanças solidárias à luz da matriz de indicadores de utilidade social. Além da experiência já indicar que uma avaliação convencionalmente tendenciosa gera distorções nos resultados, parte da literatura analisada aponta para as singularidades do método quando se trata de avaliar a utilidade social desses empreendimentos. Desse modo, a própria matriz Decid foi concebida com uma axiologia que propõe sua execução mediante metodologia com suas próprias características e alinhada aos padrões designados no referencial teórico. Assim sendo, as principais características da metodologia de avaliação da utilidade social baseada na matriz Decid são:

- ser adaptável em sua concepção e aplicação ao empreendimento sob avaliação;
- favorecer o aprendizado coletivo contínuo com o envolvimento dos diversos públicos interessados na avaliação; e
- exigir a apropriação dos indicadores pela deliberação coletiva no processo de avaliação.

A combinação dessas três características aplicadas na avaliação da utilidade social com a matriz Decid é o que permitirá sua efetiva legitimação.

Concernente à primeira característica, Jany-Catrice (2012) salienta que o método de avaliação da utilidade social deve ser sempre adaptativo em sua construção, discussão e aplicação. Portanto, as dimensões, os indicadores e os critérios devem servir apenas como base comum – mais ou menos aprofundada – que poderá avançar e melhorar nos momentos seguintes, adaptada a cada empreendimento avaliado. Assim, nos casos de empreendimentos de finanças solidárias, a condução da avaliação deve ser adaptada aos sujeitos sociais, aos interesses, às representações e aos contextos avaliados. Essa concepção coloca os sujeitos da avaliação no centro da construção do processo e do debate sobre os resultados, incorporando as referências das ciências humanas, sociais e políticas ao processo de avaliação. Em outro nicho, estão agrupadas as abordagens mais tradicionais de avaliação de projetos sociais que estabelecem uma maneira única de avaliar o projeto como forma de parametrizar e padronizar os resultados. Esta abordagem de avaliação é, geralmente, mais quantitativa e influenciada pelas ciências econômicas, estatística e matemática. O ideal continua sendo o caminho de avaliações equilibradas e pluralistas, utilizando ambas as perspectivas, pois é necessário ter uma base de comparação das avaliações entre empreendimentos, mas também capturar e apreender as particularidades de cada empreendimento avaliado.

Ainda com relação à adaptabilidade da avaliação da utilidade social, deve-se estar atento à dinâmica da aplicação da avaliação, que deve ser entendida no contexto da construção coletiva de cada empreendimento. Em cada território, será necessário que os atores interpretem seus objetivos, seus desejos e o significado da prática profissional de seu empreendimento para que possa emergir a reconstrução dinâmica dos registros de utilidade social, pois o que é útil e será avaliado dependerá do contexto (Duclos, 2010). O que é socialmente útil em um lugar pode não ser em outro, e o que é socialmente útil neste momento pode não ser no futuro. Por exemplo, a existência de um cinema pode ser socialmente útil em uma cidade ou bairro, mas apenas um serviço econômico mercantil em outro. Em sentido amplo, a noção de utilidade social refere-se ao que é coletivamente benéfico e gera ganhos comuns para uma sociedade.

Entretanto, diferentes sujeitos do território podem perceber esses ganhos e benefícios de ângulos distintos: a criação de oportunidades de trabalho, o reforço à autonomia da comunidade, o empoderamento cidadão, o acesso a serviços públicos e privados etc.

Com relação à segunda característica da metodologia de avaliação, promover o aprendizado contínuo, Bellen (2005) argumenta que os indicadores são instrumentos de mudança, aprendizagem e publicidade. A sociedade mede o que ela valoriza e aprende a valorizar o que ela mensura, afetando diretamente o comportamento dos indivíduos. Os indicadores devem ser legitimamente estabelecidos e medidos a partir de uma metodologia que contribua para a construção de um conhecimento comum e partilhado e que desperte a consciência sobre a realidade do fenômeno em avaliação. Os problemas complexos da realidade dos fenômenos em associação às necessidades de bem-estar coletivo exigem metodologias e matrizes de indicadores que estejam inter-relacionados e promovam o aprendizado coletivo. De acordo com Jany-Catrice *et al.* (2014), a legitimidade do método vem precisamente ao se avaliar a utilidade social dos empreendimentos com as ferramentas desenvolvidas de modo interno pelos atores, estando eles também prontos para avaliar sua própria atividade. A essa avaliação, adiciona-se a coleta de dados e a análise por especialistas, visto que a estrutura que está sendo examinada requer também uma especialização técnica. Nesse momento, se efetiva a legitimidade que os especialistas aportam no processo de avaliação.

A natureza coletiva do processo de elaboração de indicadores pode suspender os interesses individuais, ampliando o espaço a ser ocupado pelos cidadãos. Nesse caso, espera-se que os cidadãos especifiquem quais são os bens comuns, os qualifiquem e se comprometam com sua avaliação e preservação. A esse respeito, Jany-Catrice (2012) reforça que a abordagem dos novos indicadores de riqueza, denominador comum dos autores que os defendem, é o desenvolvimento do ideal de um bem-estar coletivo não reduzido a uma soma de bem-estar individual, e o reconhecimento de que existe um patrimônio comum (natural e social) de interesse geral que cabe a cada geração identificar e monitorar sua evolução.

Nesses espaços de definição negociada de bens e ativos comuns, tais como os empreendimentos de finanças solidárias, a tomada de decisões é coletiva mediante debates abertos e processos de deliberação cidadã (Silva Junior, 2023). Assim, manifesta-se a terceira característica da metodologia de avaliação baseada na matriz Decid, na qual os atores tomam decisões conjuntas para estabelecer quais são as riquezas do território e o que qualificam como bem-estar de todos. Esse tipo de negociação, que varia conforme o setor e o território onde ela ocorre, funda-se em uma base sólida, resultado de um compromisso e não de um constrangimento. Dessa maneira, a apropriação de indicadores por meio da discussão coletiva favorece a legitimação das partes envolvidas e também legitima os indicadores e o processo de avaliação. Para ratificar essa percepção, Gallopín (1996) expõe que a participação é essencial para um resultado efetivo do sistema de indicadores, pois ajuda a legitimar o sistema e a metodologia utilizada, a construir conhecimentos conjuntos e a despertar a consciência da realidade do fenômeno que está sendo avaliado.

No caso dos empreendimentos de finanças solidárias, que combinam duas perspectivas (projeto da sociedade civil e política pública), amplia-se a obrigatoriedade da matriz de indicadores de avaliação, bem como a análise dos resultados, passarem por mais momentos participativos e compartilhados. Isso reforçaria, portanto, o processo de legitimação da metodologia como um elemento fundamental na construção de sistemas de indicadores para que estes sejam eficazes na medição, na atribuição de valor pelas partes interessadas e na contribuição para a tomada de decisão. Nesse tipo de avaliação de utilidade social, os atores envolvidos são partes integrantes e interessados na atividade que está sendo avaliada e debatida. Em síntese, a legitimação da metodologia vem da capacidade das partes interessadas em dialogar e fazer emergir uma posição comum sobre o que representa a utilidade social dos empreendimentos avaliados.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Nesta seção de encerramento, algumas notas são importantes. Primeiro, uma vez que a matriz Decid – exposta integralmente no apêndice A – foi construída e apresentada, espera-se que ela possa ser aplicada pelos empreendimentos de finanças solidárias, pesquisadores e órgãos de governo como uma ferramenta auxiliar para o acompanhamento e a avaliação dos empreendimentos. O desafio foi construir uma matriz que permitisse:

- qualificar o conjunto dos resultados em relação aos aportes de recursos públicos e privados;
- mudar a noção de que os recursos públicos aplicados nesses empreendimentos são custos e não investimento público para o desenvolvimento territorial;
- colocar em evidência a variedade e a hibridação de recursos, notadamente as contribuições não monetárias (que geralmente relativizadas); e
- efetuar o diálogo entre a utilidade social e os novos fatores de riqueza.

Também é importante destacar que, ao utilizar a matriz Decid, uma série de elementos devem ser observados e, se não forem atendidos, podem provocar uma limitação nos resultados obtidos. Do ponto de vista da avaliação da sustentabilidade dos empreendimentos de finanças solidárias, a contribuição deste estudo está em oferecer uma matriz de dimensões, enfoques e indicadores com base na utilidade social que possa ser associada aos instrumentos de avaliação para orientar a tomada de decisão. Acredita-se que a matriz Decid, quando usada de modo adequado e comprometido, oferecerá análises e relatórios com potencial de melhor orientar tanto os empreendimentos quanto suas entidades de apoio e fomento. Além disso, os resultados da aplicação dos indicadores da matriz Decid serão importantes fontes de informação para o aperfeiçoamento constante das políticas públicas de finanças solidárias no Brasil.

Para concluir, é obrigatório acentuar a contribuição e o campo temático em que este estudo se insere, ao introduzir uma matriz de indicadores para avaliar a utilidade social de empreendimento de finanças solidária, como a matriz Decid. O que se estabelece com essa matriz é mais que refletir sobre outros indicadores de efetividade, viabilidade e perenidade desses empreendimentos. Trata-se, sobretudo, de colocar em relevo a discussão sobre a mensuração

de outros fatores que sinalizam riqueza, como os benefícios comuns, o bem-estar coletivo e o *buen vivir*. Para estabelecer os indicadores que mensuram e valorizam estes outros fatores, “não se trata apenas de questionar os fatores atuais, é preciso ter uma ideia mais nítida da natureza das atividades que substituirão as atividades consideradas como destruidoras a fim de reparar aquelas que têm tradução monetária e aquelas que não a têm”, conforme rememora Viveret (2010, p. 141). De modo ampliado, a matriz Decid se incorpora em um movimento global que questiona o determinismo dos fatores econômicos mercantis (Sen, 1979; Viveret, 2010; Gadrey e Jany-Catrice, 2012) e o crescimento do produto interno bruto – PIB (Meadows *et al.*, 1972; Vanhulst e Beling, 2013; Latouche, 2022) como medida padrão de riqueza e desenvolvimento, e que se posiciona para renovar a reflexão democrática a partir da identificação, preservação e elevação dos direitos humanos fundamentais (Internacional Convivialista, 2020).

## REFERÊNCIAS

- ABREU, C. C. C. de. **Utilidade social e impacto social**: reflexões sobre o uso de metodologias de avaliação à luz da experiência de Matarandiba. 2020. 146 f. Dissertação (Mestrado) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020.
- ARDENER, S.; BURMAN, S. (Ed.). **Money-go-rounds**: the importance of rotating savings and credit associations for women. London: Routledge Publisher, 1996.
- BOULLOSA, R. F.; ARAÚJO, E. T. (Org.). **Avaliação e monitoramento de projetos sociais**. Curitiba: Iesde Brasil, 2010.
- BRASIL, K. R.; MARQUESAN, F. S.; MESQUITA, R. F. Women’s solidarity initiatives: the experience of a community development bank. **Revista de Administração da UFSM**, Santa Maria, v. 14, n. 2, p. 443-457, abr.-jun. 2021.
- DOWBOR, L. (Org.). **Democracia econômica**. Fortaleza: BNB, 2007.
- DUCLOS, H. Quels enseignements tirer de l’évaluation de l’utilité sociale dans le secteur de l’économie sociale et solidaire? *In*: OFFREDI, C.; RAVOUX, F. (Ed.). **La notion d’utilité sociale au défi de son identité dans l’évaluation des politiques publiques**. Paris: Editions L’Harmattan, 2010. p. 57-78.
- DUCLOS, H.; GRÉSY, J.-E. **Guide d’évaluation de l’utilité sociale de la médiation sociale**. Saint-Denis: Cahiers Pratiques, 2009.
- FRANÇA FILHO, G. C. Indicadores para a sustentabilidade em economia solidária: uma questão de utilidade social. *In*: KRAYCHETE, G.; CARVALHO, P. (Ed.). **Economia popular e solidária**: indicadores para a sustentabilidade. Porto Alegre, Tomo Editorial, 2012. p. 27-34.
- FRANÇA FILHO, G. C.; SILVA JUNIOR, J. T.; RIGO, A. S. Solidarity finance through community development banks as a strategy for reshaping local economies: lessons from Banco Palmas. **RAUSP Management Journal**, v. 47, n. 3, p. 500-515, jul.-set. 2012.
- GADREY, J. **L’utilité sociale des organisations de l’économie sociale et solidaire**: une mise en perspective sur la base de travaux récents. Lille: CLERSE-IFRESI/Université de Lille 1, fév. 2004. (Rapport de synthèse pour la DIES et la MIRE).

\_\_\_\_\_. Utilité sociale. In: CATTANI, A.; LAVILLE, J.-L. (Ed.). **Dictionnaire de l'autre économie**. Paris: Desclée de Brouwer, 2005. p. 1-5.

GADREY, J.; JANY-CATRICE, F. (Ed.). **Les nouveaux indicateurs de richesse**. Paris: Editions La Découverte, 2012.

GALLOPÍN, G. C. Environmental and sustainability indicators and the concept of situational indicators. **Environmental Modeling & Assessment**, v. 1, n. 3, p. 101-117, 1996.

INTERNACIONAL CONVIVIALISTA. **Segundo manifesto convivialista**: por um mundo pós-neoliberal. Rio de Janeiro: Ateliê de Humanidades Editorial, 2020.

JANY-CATRICE, F. **La performance totale**: nouvel esprit du capitalisme? Villeneuve d'Ascq: Presses Universitaires du Septentrion, 2012.

JANY-CATRICE, F. *et al.* (Ed.). **Évaluer l'utilité sociale de l'économie sociale et solidaire**. Lille: APES, 2014.

LATOUCHE, S. **Le pari de la décroissance**: penser et consommer autrement pour une révolution culturelle. Paris: Fayard. Collection Pluriel, 2022.

LEAL, M. G. **De Cocal em Cocal**: a atuação do BCD Cocais para a promoção da cidadania em São João do Arraial no Piauí. 2021. 340 f. Tese (Doutorado) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021.

LOPES, L. M. S., RIGO, A. S.; SILVA JUNIOR, J. T. Utilidade social na percepção dos usuários de organizações da sociedade civil: Primeiras análises a partir de uma rede de economia solidária na Bahia-Brasil. **Revista Alcance**, v. 25, n. 1, p. 38-60, jan.-abr. 2018.

MEADOWS, D. *et al.* (Ed.). **The limits to growth**. New York: Universe Books, 1972.

MELO, T. J. A. **Utilidade social em empreendimentos da economia solidária**: o caso das mulheres do artesanato. 2018. 84 f. Dissertação (Mestrado) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

NEIVA, A. C. *et al.* (Org.). **Banco Palmas 15 anos**: resistindo e inovando. São Paulo: A9 Editora, 2013. Disponível em: <<https://bit.ly/3Cw9iNF>>.

OFFREDI, C.; RAVOUX, F. (Ed.). **La notion d'utilité sociale au défi de son identité dans l'évaluation des politiques publiques**. Paris: Editions L'Harmattan, 2010.

PARENTE, T. G.; COELHO, E. C. Microcrédito e (des)empoderamento das mulheres beneficiárias no Banco do Povo em Palmas/TO. **Revista Observatório**, Palmas, v. 5, n. 2, p. 480-512, abr.-jun. 2019.

SACHS, I. (Org.). **Estratégias de transição para o século XXI**. São Paulo: Studio Nobel, 1993.

\_\_\_\_\_. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SEN, A. (Ed.). **The tanner lectures on human values**. Stanford: Stanford University Press, 1979.

\_\_\_\_\_. (Org.). **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA, S. P. Finanças solidárias no Brasil: caracterização, tipos organizacionais e suas dimensões estruturais. *In*: SILVA, S. P. (Org.). **Dinâmicas da economia solidária no Brasil**: organizações econômicas, representações sociais e políticas públicas. Brasília: Ipea, 2020.

SILVA JUNIOR, J. T. **Utilidade social e finanças solidárias**: uma proposta de avaliação dos bancos comunitários de desenvolvimento brasileiro. 2016. 329 f. Tese (Doutorado) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

\_\_\_\_\_. Participation, governance, collective action, democracy and the social and solidarity economy. *In*: YI, I. *et al.* (Ed.). **Encyclopedia of the social and solidarity economy**. Cheltenham Forthcoming, 2023. p. 1-8. No prelo.

TENÓRIO, F. G. *et al.* (Coord.). **Avaliação de projetos comunitários**. São Paulo: Ed. Loyola/Cedac, 2003.

BELLEN, H. M. van (Org.). **Indicadores de sustentabilidade**. São Paulo: Editora FGV, 2005.

VANHULST, J.; BELING, A. Buen vivir et développement durable: rupture ou continuité? **Écologie & politique**, n. 46, p. 41-54, 2013.

VIVERET, P. (Ed.). **Reconsidérer la richesse**. Avignon: Éditions de L'aube, 2010.



## APÊNDICE A

### QUADRO A.1

#### Matriz Decid de avaliação da utilidade social dos empreendimentos de finanças solidárias

Dimensão	Enfoque	Contribuição	Indicador	Destino
Socioambiental	Valores de solidariedade (laço social)	Revelar as condições socioambientais para o bem-estar e o <i>buen vivir</i> .	Percentual das ações que fortalecem a autonomia e o empoderamento humano da comunidade sobre o total de ações desenvolvidas.	Identificar o número de ações que o empreendimento realiza diretamente para ampliar a autonomia e o empoderamento (por exemplo, assistência psicológica, formação em direitos humanos, cooperação com outras entidades para melhorar a autoconfiança dos indivíduos).
			Percentual de ações que reforçam a autonomia e o empoderamento das mulheres em relação ao total de ações realizadas para o empoderamento humano no território.	Identificar o número de ações que o empreendimento realiza diretamente para aumentar a autonomia e a emancipação das mulheres (por exemplo, assistência psicológica, círculos de conversa com os maridos, cooperação com outras entidades para melhorar a autoconfiança, linha de crédito com formação em educação financeira).
			Ações relacionadas à restauração e ampliação das relações sociais no território.	Identificar e apresentar as ações do empreendimento que visam reduzir o isolamento social e aumentar a afetividade (por exemplo, projetos que buscam o envolvimento das pessoas para aumentar os laços sociais).
			Ações relacionadas ao empoderamento das mulheres.	Identificar e apresentar as ações do empreendimento para o empoderamento das mulheres (por exemplo, projetos não econômicos que visam aumentar a participação, o exercício da liderança, reduzir conflitos nas famílias e a violência doméstica contra as mulheres).
			Percentual de ações que reforçam a preocupação com o uso da energia elétrica e da água, a qualidade do ar e o destino dos resíduos sobre o total de ações desenvolvidas.	Identificar o número de ações que o empreendimento está realizando diretamente para promover a redução do consumo de água e de eletricidade, o cuidado com os solos e as águas subterrâneas e a eliminação de resíduos no território (por exemplo, parcerias com concessionárias destes serviços, projetos de educação ambiental, seminários sobre a redução do consumo e a reciclagem de resíduos etc.).
			Ações relacionadas ao ecodesenvolvimento.	Identificar e descrever as ações do empreendimento destinadas à mobilização socioambiental (por exemplo, projetos que promovem a reutilização da água, coleta urbana seletiva, troca e reutilização de bens usados, eliminação completa da queima de resíduos, incentivo ao uso de meios de transporte não poluentes).
			Total de negócios com base em curto circuitos curtos de produção/consumo financiados pelo empreendimento.	Identificar se o empreendimento tem se preocupado em financiar negócios cujos fornecedores de insumos estão localizados perto dos produtores, reforçando assim a produção e circulação da riqueza em circuitos curtos, locais ou territoriais, reduzindo as emissões de CO <sub>2</sub> , pois os veículos não precisam mais percorrer longas distâncias em busca de insumos.
			Porcentagem de negócios com base em circuitos curtos de produção que tenham sido financiados pelo empreendimento em relação ao número total de negócios financiados.	Identificar o número de negócios financiados pelo empreendimento com uma preocupação relacionada à cadeia de circuito curto.
			Ações relacionadas às mudanças nos hábitos de consumo sobre a biodiversidade.	Identificar e apresentar as ações do empreendimento para a promoção das mudanças nos hábitos de consumo da população do território (por exemplo, projetos que visam promover uma alimentação saudável, minimizar o desperdício de alimentos, reduzir o consumo de produtos nocivos à saúde, aumentar o consumo no território para evitar deslocamentos etc.).
			Alinhamento de produtos e serviços financeiros com os princípios dos direitos humanos e do <i>bien vivir</i> .	Identificar se o empreendimento se preocupa com princípios universais e locais de valorização do desenvolvimento humano para uma melhor qualidade de vida no território ao fazer empréstimos, vender seguros e outros serviços financeiros do seu portfólio.

(Continua)

(Continuação)

Dimensão	Enfoque	Contribuição	Indicador	Destino
Sociopolítico	Valores de justiça social (cidadania)	Revelar os aspectos da melhoria no acesso aos serviços públicos e o olhar sobre a coletividade.	Percentual de ações que reforçam o acesso aos serviços públicos nas áreas de saúde, educação e cultura que deveriam ser obrigatoriamente realizadas pelo poder público, em relação ao número total de ações desenvolvidas pelo empreendimento.	Identificar o número de ações do empreendimento na promoção da saúde, educação e da cultura que representam uma despesa evitada pelo poder público no território (por exemplo, cursos preparatórios para entrar na universidade, assistência médica, odontológica e psicológica, organização de festivais culturais, promoção de grupos culturais, melhoria de instalações públicas, tais como escolas, praças e jardins).
			Ações relacionadas aos impactos da saúde e da educação no território.	Identificar e apresentar as ações do empreendimento para melhorar o atendimento à saúde e a educação formal, levando à redução de problemas críticos no território (por exemplo, projetos para reduzir a desnutrição e a mortalidade infantil, reduzir o abuso de drogas, combater o analfabetismo e promover a cidadania).
			Ações relacionadas ao acesso à informação e à cultura.	Identificar e apresentar as ações do empreendimento para ampliar a oferta de serviços culturais e o acesso à informação (por exemplo, projetos que promovem manifestações culturais do território, bem como aqueles que ampliam o acesso à informação – mediante meios digitais ou físicos – como laboratórios de informática, mediateca e <i>cybercafés</i> públicos).
			Percentual de ações do empreendimento que reforçam o acesso à telefonia, à internet e aos serviços públicos de infraestrutura e de mobilidade que deveriam ser obrigatoriamente implementadas pela autoridade pública, em relação ao número total de ações desenvolvidas.	Identificar o número de ações que o empreendimento realiza em serviços de infraestrutura, mobilidade, telefonia e acesso à internet que representam uma despesa evitada do poder público no território (por exemplo, reabilitação de espaços públicos, trabalhos solidários para a construção de moradias, promoção do uso de bicicletas e transporte compartilhado, alianças com companhias de telefonia e de internet a fim de criar produtos específicos para o território).
			Ações relacionadas à intervenção em serviços urbanos de infraestrutura, de transporte, de telefonia e internet.	Identificar e apresentar as ações do empreendimento na prestação de serviços públicos de infraestrutura, transporte, telefonia e acesso à internet (por exemplo, projetos que melhoram a mobilidade urbana, desenvolvem a comunicação e transformam os espaços comuns e públicos da comunidade).
			Percentual de tomadores de crédito abaixo da linha de pobreza em relação ao número total de clientes.	Identificar o número de tomadores de empréstimo do empreendimento que vivem abaixo da linha de pobreza e apontam atenção especial a este grupo vulnerável.
			Percentual de mulheres tomadoras de crédito em relação ao conjunto de clientes.	Identificar o número de tomadoras de empréstimo do empreendimento que são mulheres e assinalar a atenção específica dada a elas na concessão dos empréstimos.
			Percentual de mulheres <i>versus</i> homens tomadores de crédito em relação à população total de homens e mulheres no território (considerar também outras identificações de gênero).	Identificar quantas tomadoras de empréstimo do empreendimento são mulheres, levando em conta sua participação na população total do território, a fim de entender a representatividade do público feminino.
			Produtos e serviços financeiros do empreendimento ligados aos princípios da democratização das tecnologias da informação e comunicação (TICs), acesso à informação, saúde e educação.	Identificar se o empreendimento se preocupa com os princípios da inclusão digital e os direitos à educação e saúde para um melhor engajamento cidadão e expansão dos cuidados com a saúde, financiamento de ações ligadas à escolaridade e o conhecimento para a liberdade de escolha.
Sociocultural	Valores identitários (coesão territorial)	Revelar a equidade territorial e o exercício da corresponsabilidade e da ética dos indivíduos para a sociedade e o território.	Percentual de ações que reforçam a preocupação de promover a igualdade (racial, social, geracional, orientação sexual e étnica) de oportunidades em relação ao número total de ações desenvolvidas pelo empreendimento.	Identificar o número de ações do empreendimento que promovem a diversidade racial, social, geracional, de orientação sexual e a intercultural (por exemplo, projetos que valorizam o compromisso de não discriminar, assim como aqueles que determinam a equidade pela alteridade).
			Ações relacionadas com o desenvolvimento da coesão ou a redução das assimetrias no território	Identificar e apresentar as ações do empreendimento que visam o tratamento igualitário de todos que habitam no território (por exemplo, projetos que melhoram as relações sociais, busquem o equilíbrio territorial e funcionem para promover a noção de pertencimento ao território).
			Percentual de ações que reforçam o incentivo à participação da população em relação ao número total de ações desenvolvidas pelo empreendimento	Identificar o número de ações do empreendimento destinadas a promover a participação da população do território em ações coletivas e comuns (por exemplo, projetos que promovam a luta pelo fortalecimento dos direitos comuns e manifestações coletivas que reivindicam a realização de ações pelos poderes públicos por meio de processos participativos).

(Continua)

## Decid: uma matriz de indicadores para avaliar a utilidade social dos empreendimentos de finanças solidárias

(Continuação)

Dimensão	Enfoque	Contribuição	Indicador	Destino
Sociocultural	Valores identitários (coesão territorial)	Revelar a equidade territorial e o exercício da corresponsabilidade e da ética dos indivíduos para a sociedade e o território.	Ações relacionadas à exaltação e estímulo ao uso de espaços comuns que possam ter sido constituídos no território	Identificar e mostrar as ações do empreendimento que exaltem os espaços públicos de proximidade, com foco na maximização da participação na vida comunitária compartilhada (por exemplo, projetos que demonstrem a participação coletiva dos moradores e o compartilhamento de espaços e bens comuns).
			Ações relacionadas com a recuperação da história e dos registros de memória do território	Identificar e apresentar as ações do empreendimento que visam valorizar os momentos em que a população do território está envolvida na restituição ou no reconhecimento de seus registros históricos (por exemplo, projetos que revelam a reconstituição da história ou para fortalecer ou desenvolver o sentimento de pertencimento).
			Ações para reduzir a violência sexista e sexual	Identificar e apresentar as ações (financeiras ou não) contidas nos projetos desenvolvidos pelo empreendimento para minimizar as ações de violência contra as mulheres e a LGBTIQIAPfobia.
			Produtos e serviços financeiros relacionados aos princípios da vida associativa, de identidade local e de diversidade racial, social, geracional, de orientação sexual e intercultural	Identificar se o empreendimento está envolvido com princípios que visam aumentar o poder de ação da comunidade em questões mais controversas (por exemplo, atividades para aumentar a autoconfiança, o envolvimento da comunidade e a participação em instâncias territoriais de tomada de decisão).
Socioeconômica	Valores de sustentabilidade (economia plural)	Revelar as contribuições econômicas plurais para o bem-estar econômico do território.	Percentual de empregos e de postos de trabalho gerados e ocupados nos negócios financiadas em relação ao número total de empregos e de postos de trabalho gerados e ocupados no território durante um determinado período (anual, mensal, trimestral etc.) a partir da data de início do empréstimo	Identificar o número de empregos diretos e indiretos gerados pelo empreendimento a partir dos empréstimos concedidos aos negócios do território, com impacto na geração de renda e no combate ao desemprego.
			Percentual de ações do empreendimento que preservam empregos ou facilitam a procura de emprego e que devem ser realizadas obrigatoriamente pelo poder público em relação ao número total de ações desenvolvidas	Identificar o número de ações que o empreendimento realiza na promoção de serviços de formação e reinserção profissional, que representam despesas evitadas com o desemprego para o poder público do território (por exemplo, cursos profissionalizantes, projetos de formação profissional com inserção no mercado de trabalho local, incubação de grupos produtivos).
			Percentual de negócios e empregos já existentes no território que são preservados graças aos empréstimos pelo empreendimento, em relação ao número total de empregos e empresas existentes no território	Identificar o número de negócios e empregos mantidos graças aos empréstimos obtidos no empreendimento, que contribuem para reduzir o desemprego e/ou aumentar a renda no território.
			Percentual de novos negócios criados no território graças aos empréstimos pelo empreendimento, em relação ao número total de empregados e negócios existentes no território	Identificar o número de novos negócios no território criados graças aos empréstimos obtidos no empreendimento que contribuíram para a expansão dos investimentos e da rede de comércios e prestadores de serviços no território.
			Percentual de novos empregos criados no território graças aos empréstimos pelo empreendimento, em relação ao número total de empregos no território	Identificar o número de novos empregos no território que são criados graças aos empréstimos obtidos no empreendimento que contribuem para evitar despesas com o desemprego para o poder público.
			Percentual de empreendedores que criaram ou retomaram uma empresa no território graças aos empréstimos pelo empreendimento	Identificar, no presente, a capacidade do empreendedor de manter seu negócio ativo graças ao empréstimo obtido. Trata-se também de mostrar como o empreendimento contribui para o fortalecimento do empreendedor no território.
			Ações relacionadas à contribuição do empreendimento para o suporte de várias fontes de produção de riqueza no território	Identificar e apresentar as ações desenvolvidas pelo empreendimento para promover uma melhor distribuição da riqueza (financeira ou não) no território, por meio de diversos instrumentos econômicos de produção e consumo.
			Ações relacionadas à promoção da circulação da moeda social ou a ativação da moeda social digital no território	Identificar e apresentar as ações do empreendimento para promover o uso da moeda social como ferramenta para aumentar a circulação de riqueza no território.
			Percentual de tomadores de empréstimo que são mulheres e chefes de família ou donas de negócios em relação ao número total de clientes do empreendimento	Identificar o número de tomadores de empréstimo do empreendimento que são mulheres e que ao mesmo tempo ocupam posição de destaque em seu campo de atuação e possuem esse perfil reforçado pelo acesso ao crédito para o desenvolvimento de suas atividades econômicas.

(Continua)

(Continuação)

Dimensão	Enfoque	Contribuição	Indicador	Destino
Socioeconômica	Valores de sustentabilidade (economia plural)	Revelar as contribuições econômicas plurais para o bem-estar econômico do território.	Percentual de mulheres x homens tomadores de empréstimo que efetuaram o pagamento integral do empréstimo dentro do período de pagamento acordado	Identificar o número de mulheres tomadoras de empréstimo no empreendimento que pagaram seus empréstimos no prazo para identificar se as mulheres são melhores pagadoras do que os homens.
			Ações relacionadas à solidariedade econômica entre produtores e consumidores do território que têm o envolvimento do empreendimento	Identificar e apresentar as ações de articulação entre produtores e consumidores conduzidas pelo empreendimento para reduzir os custos coletivos diretos de determinados serviços associativos com os "prossumidores" (por exemplo, feira de produtores locais, centro de compras coletivas, loja solidária, mercado solidário, bazar, clubes de intercâmbio solidário etc.).
			Ações relacionadas ao engajamento do consumidor em relação à expansão do consumo no território	Identificar e apresentar as ações de promoção, educação e estímulo ao consumo no território, promovidas pelo empreendimento, visando aumentar a circulação de renda no local (por exemplo, formação para as mudanças nos hábitos de consumo, folhetos nas escolas e lojas que incentivam consumo local, peças de teatro etc.).
			Práticas de inovação tecnológica para aumentar o acesso da população do território a serviços financeiros e não financeiros	Identificar e apresentar as práticas de inovação do empreendimento voltadas a revelar novos produtos e serviços – financeiros ou não – desenvolvidos em uma base tecnológica para ampliar a oferta e os usuários do território (por exemplo, projetos de moeda social digital, aplicativo para georeferenciar os empreendedores que tenham tomado empréstimos, aplicativo para informar as promoções de estabelecimentos que utilizam a moeda social, aplicativo para informar as condições de prestação de serviços públicos etc.).
			Percentual de tomadores de empréstimos em relação à população total do território	Identificar o número de tomadores de empréstimo do empreendimento para revelar a taxa de cobertura no território.
			Valor do custo por tomador de crédito ativo para perceber a eficiência da operação de crédito	Identificar e apresentar os custos do empreendimento para revelar se há eficiência no custo médio de manutenção de um tomador de crédito ativo para que se possa efetuar ações complementares de apoio e parcerias com o poder público visando adequar os custos operacionais aos tomadores e não o seu contrário.
			Valor das despesas operacionais em relação aos ativos do empreendimento	Identificar e apresentar as despesas operacionais de forma a revelar o custo operacional do empreendimento na gestão de seus ativos e perceber a eficiência da operação de crédito.
			Valor das despesas financeiras em relação aos ativos do empreendimento	Identificar e apresentar as despesas financeiras visando revelar o custo do empreendimento para financiar seus serviços financeiros com os recursos captados de terceiros.
			Valor da receita financeira em relação aos ativos do empreendimento	Identificar e apresentar as receitas financeiras do empreendimento visando evidenciar a margem de rentabilidade da operação de crédito e a capacidade de refinanciamento e reinvestimento do empreendimento.
			Valor do montante dos empréstimos concedidos em relação ao número total de tomadores de empréstimo do empreendimento	Identificar e apresentar o volume médio de recursos emprestados por tomador de empréstimo, a fim de revelar a extensão e o possível elenco de linhas de créditos utilizados, de modo a poder desenvolver ações mais precisas no atendimento ao seu público.
Produtos e serviços financeiros alinhados com a pluralidade de princípios econômicos (mercantil, não mercantil e não monetário) e aos novos fatores de riqueza	Identificar se o empreendimento tem se preocupado com os diversos princípios econômicos da produção de riqueza no território quando direcionou seus esforços de ação para desenvolver a empregabilidade, aumentar a distribuição igualitária de renda e melhorar a qualidade de vida da população.			

(Continua)

## Decid: uma matriz de indicadores para avaliar a utilidade social dos empreendimentos de finanças solidárias

(Continuação)

Dimensão	Enfoque	Contribuição	Indicador	Destino
Socioinstitucional	Valores de governança (gestão social)	Revelar o processo de construção e participação na gestão e a inovação social das ações, dos projetos e das metodologias realizadas.	Práticas de gestão relacionadas à governança participativa e democrática na gestão do empreendimento e também, se aplicável, na instituição que administra o empreendimento	Identificar e apresentar práticas de gestão social que revelem as práticas democráticas de gestão (participação, votação e tomada de decisão colegiada), diálogo construtivo entre atores locais e processos decisórios pluralistas (por exemplo, ações e situações que denotam gestão participativa; que não tratam de modo diferenciado os membros do conselho de administração, associados e usuários; e que demonstram a apropriação da gestão coletiva pelo território).
			Práticas de gestão relacionadas ao envolvimento de voluntários do território nas ações do empreendimento ou por ele financiados.	Identificar e expor práticas de gestão social que tenham capacidade de mobilizar voluntários seja no empreendimento, seja nos negócios financiadas por estes (por exemplo, a participação de voluntários nos órgãos da administração, como o conselho gestor, a direção e as assessorias, bem como envolvimento em ações no território).
			Percentual de mulheres trabalhando (remuneradas e voluntárias) em relação ao número total de trabalhadoras (remuneradas e voluntárias) no empreendimento e também, se aplicável, na instituição que administra o empreendimento	Identificar o número de mulheres que trabalham no empreendimento e em sua gestão para revelar a preocupação com a igualdade de gênero e outras questões específicas desse público (por exemplo, trabalhar no empreendimento permite que elas fiquem mais perto de casa e possam melhor cuidar de seus filhos etc.).
			Valor médio da remuneração auferida pelas mulheres em relação ao valor médio da remuneração auferida pelos homens que exercem as mesmas funções que elas no empreendimento e também, se aplicável, na instituição que administra o empreendimento	Identificar e apresentar políticas de remuneração visando revelar se existe equidade entre os valores pagos às mulheres e aos homens no exercício de atividades semelhantes e reconhecer as especificidades do papel da mulher, que normalmente desempenha uma dupla ou tripla jornada de trabalho.
			Percentual de mulheres que trabalham (remuneradas e voluntárias) nos níveis de gestão e tomada de decisão do empreendimento em relação ao número total de trabalhadores (remuneradas e voluntárias) que ocupam as mesmas funções, bem como, se aplicável, na instituição que o administra	Identificar o número de mulheres nos núcleos de gestão para revelar a preocupação e atenção dada à participação igualitária das mulheres nos espaços decisórios e sua reflexão sobre o papel da mulher no território.
			Número total de tomadores de empréstimos ativos por membro da equipe de agentes de crédito no empreendimento	Identificar o número total de tomadores de empréstimo ativos em relação ao número de membros da equipe de agentes de crédito do empreendimento, com o objetivo de revelar se há sobrecarga de trabalho que possa afetar sua capacidade, seu desempenho, bem como modificar o clima organizacional.
			Práticas de inovação social do empreendimento em relação às necessidades de outros modelos organizacionais e outras práticas de gestão territorial	Identificar e apresentar as práticas de inovação social conduzidas pelo empreendimento voltadas para a melhoria das práticas de gestão participativa no território, como a adesão e participação em redes colaborativas, <i>clusters</i> de negócios solidários e outras tecnologias sociais voltadas à resolução dos problemas do território.
			Práticas de transparência relacionadas à comunicação das ações e a responsabilidade da direção no empreendimento e também, se aplicável, na instituição que o administra	Identificar e apresentar práticas de <i>accountability</i> no empreendimento, visando revelar procedimentos que permitam uma gestão ética e transparente, em diálogo com a comunidade (por exemplo, ações de divulgação de desempenho financeiro, balanços e relatórios de prestação de contas; divulgação de projetos, recursos utilizados e impactos; seminários e reuniões para discutir resultados e impactos das ações etc.).
			Práticas relacionadas com a implementação de novos empreendimentos de finanças solidárias	Identificar e apresentar as práticas do empreendimento no acompanhamento de novos empreendimentos de finanças solidárias criados no país, com a replicação da metodologia, de forma a garantir que as boas práticas testadas possam ser aplicadas e adaptadas (por exemplo, ações de formação e intercâmbio de conhecimentos entre empreendimentos de finanças solidárias, bem como a participação em eventos organizados pelas redes nacionais e a construção de canais <i>online</i> para a divulgação e troca de experiências).

(Continua)

(Continuação)

Dimensão	Enfoque	Contribuição	Indicador	Destino
Socioinstitucional	Valores de governança (gestão social)	Revelar o processo de construção e participação na gestão e a inovação social das ações, dos projetos e das metodologias realizadas.	Práticas de inovação e aprendizagem relacionadas à construção de habilidades de gestão do empreendimento	Identificar e apresentar as práticas de transmissão e compartilhamento de conhecimento visando revelar formas mais colaborativas, com uma pedagogia mais dialógica, para compreender as particularidades de sua gestão e a própria identidade do empreendimento (por exemplo, seminários para fortalecer os princípios, o propósito e a forma de gestão; a utilização das TICs para reforçar as suas práticas por meio de uma linguagem simples e atrativa em cursos modulares <i>online</i> ou presenciais destinados à formação de jovens para dar continuidade à gestão).
			Ações de produção de conhecimento e estudos realizados sobre o contexto socioeconômico do território	Identificar e apresentar as práticas de produção de conhecimento do empreendimento visando revelar a geração de informações sobre o território que contribuam para compreendê-lo e melhorar o impacto de suas ações (por exemplo, mapeamento de produção e consumo, fome e pobreza, circulação de moedas sociais, fatores de riqueza inerentes ao território, acesso a serviços públicos etc.).
			Práticas de inovação vinculadas à produção em ciência e tecnologia pelo empreendimento para benefício da população do território	Identificar e descrever práticas de inovação por meio do empreendimento para revelar a <i>expertise</i> cidadã coletiva no território e a diversidade de competências reforçadas nas dinâmicas locais (por exemplo, projetos de parceria com instituições de pesquisa e universidades para estudos e o desenvolvimento de tecnologias; estabelecimento de laboratórios para a criação de produtos e serviços adaptados às necessidades da população; estabelecimento de observatórios para identificação, geração e centralização de informações etc.).
			Número de produtos técnicos e tecnológicos para o reconhecimento da situação socioeconômica do território com a participação da população	Identificar e apresentar a produção técnica e tecnológica gerada pelo empreendimento para capturar informações sobre o território, a partir da participação da população na construção e captura de dados (por exemplo, projetos que auxiliam o território a compreender de modo coletivo suas ações, bem como direcionar e melhorar o impacto delas).
			Produtos e serviços financeiros alinhados aos princípios da democracia participativa, cidadania deliberativa, inovação e gestão social	Identificar e apresentar se o empreendimento tem se preocupado com os princípios de autogestão, gestão social e inovação social visando ao desenvolvimento humano, ao <i>buen vivir</i> e à cidadania deliberativa nos negócios financiados, estimulando os negócios financiados a se engajarem em uma gestão mais social e uma transição ecológica.

Fonte: Silva Junior (2016).  
Elaboração dos autores.

## REFERÊNCIA

SILVA JUNIOR, J. T. **Utilidade social e finanças solidárias: uma proposta de avaliação dos bancos comunitários de desenvolvimento brasileiro**. 2016. 329 f. Tese (Doutorado) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia (EA/UFBA), Salvador, 2016.